

## **Reunião 02 – Ciclo 07 – Realizada em 04/04/2020 – Por Valéria Emília de Aquino**

- **CONTEÚDO:** No 2º Encontro (04/04/2020), que se iniciou às 10h, pelo aplicativo Zoom, os(as) presentes agregaram aos debates introduzidos pelos(as) pesquisadores(as): Emanuelle de Paula, Ana Dulce e Guilherme. A reunião começou com a apresentação da pesquisadora Mari Jacob, que apresentou alguns aspectos gerais do grupo, e a necessidade dos(as) pesquisadores(as) atualizarem o currículo lattes, e criar um documento contendo a filiação e menção ao grupo, envolvimento acadêmicos e atuação profissional, que deverá ser enviado ao e-mail [mariana@grupodgc.com](mailto:mariana@grupodgc.com) até **12/04/2020**.
- **Texto base:** OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA GOVERNANÇA GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI (Marcus Maurer de Salles)
- **Textos complementares:** Globalização e direito humano econômico; O direito à moradia adequada à luz do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: uma discussão a partir das perspectivas do ODS n. 11 e da Habitat III.

### **Resenha da reunião:**

Após os comentários iniciais da prof.<sup>a</sup> Renata sobre os fundamentos gerais da governança global, a pesquisadora Emanuelle de Paula introduziu o texto base, apontando que o texto apresenta o direito ao desenvolvimento atrelado ao debate ambiental e aos direitos humanos, e lembrando que após o final da 2ª Guerra Mundial, as relações internacionais mudaram muito, sendo necessário repensar o acesso dos países em desenvolvimento ao desenvolvimento econômico, à justiça social e à proteção do meio ambiente.

A pesquisadora questionou como seria possível garantir um meio ambiente saudável dentro do próprio sistema capitalista, já que este sistema é um sistema de acumulação e que não se preocupa com os impactos no meio ambiente e na sociedade. Desta forma, garantir o direito internacional ao desenvolvimento

é uma tarefa complexa, porque os países desenvolvidos continuam acumulando às custas dos países em desenvolvimento.

Uma análise do capitalismo sob o viés humanista permitiria analisar o desenvolvimento solidário, mas a dificuldade repousa sob como criar um sistema de fraternidade e humanismo dentro do próprio capitalismo. O que leva ao debate do segundo texto, sobre o direito à moradia, que visa a possibilitar o acesso à garantia dos demais direitos.

Dada a palavra para a apresentadora Ana Dulce, esta reforçou os pontos da justiça social, do desenvolvimento social e da redistribuição de renda, destacando que os Estados tomaram consciência do abismo da desigualdade na década de 90, com a Conferência de Istambul para discutir os assentamentos humanos (Habitat II) e para discutir questões básicas de moradia e dignidade da pessoa humana, dialogando com a ODS nº 11.

Neste sentido, foi mencionado que vários direitos fundamentais se relacionam com o direito à moradia, como por exemplo, o direito à educação, ao lazer, ao bem-estar, e a partir dele, poderia ser possível efetivar a dignidade da pessoa humana, já que trata-se de um direito que possibilita a igualdade material, e que não deve ser confundido com o direito à propriedade, já que o direito à moradia compreende dimensões ambientais também, em respeito aos padrões ambientais.

A pesquisadora também lembrou a Habitat III, que menciona a função social da propriedade e o direito à sustentabilidade, ponderando que o estado, muitas vezes, não oferece habitação mas é preciso oferecer condições para tanto (ex: saneamento, auxiliar com programas de financiamento, etc).

Dada a palavra ao pesquisador Guilherme, para concluir o fechamento da explicação dos textos apresentados, ele reforçou que o direito internacional é eurocêntrico, mesmo que tenha havido mudança de paradigma, vivendo sob o domínio de certos poderes jurídicos que afetam o globo. Ou seja, as políticas têm se tornado mais nacionalistas (ex: Trump, Bolsonaro, Europa com ondas de direita ao redor do globo), que acarretou, por exemplo, na retirada de países de alguns acordos globais.

A professora Renata acrescentou observando que a atual pandemia faz com que os países venham a repensar o atual patamar de desenvolvimento e suas relações entre si. Levantou a pergunta sobre a possibilidade de que se no atual estágio do capitalismo é possível a existência de um capitalismo humanista,

porque o próprio regime é um regime de acumulação (ou seja, incompatível com o humanismo), e por isso, a sua lógica central impediria a fraternidade.

Seguindo os debates, a pesquisadora Valéria fez algumas considerações sobre o direito ao meio ambiente enquanto um metavalor, o qual condiciona todos os demais direitos, também em virtude da própria interdependência dos direitos humanos. Além disso, agregou comentários sobre o bem viver (*Buen vivir*), e os direitos na natureza, mencionando como exemplo as constituições do Equador e Bolívia, e questionando ao grupo se a direita tem ganhado força em vários países se utilizando do discurso de que a esquerda não tem conseguido cumprir com as pautas que propõe (lembrando ainda que a direita quase não dá importância à pauta ambiental), ou por outros motivos.

Já o pesquisador Vinícius e a pesquisadora Priscila trataram a questão do desenvolvimento econômico e do crescimento, que não são sinônimos, porque o desenvolvimento está relacionado à qualidade/bem-estar na sociedade. E tal fala foi complementada pelo raciocínio de Ana Dulce, que acrescentou que o sistema é injusto e desigual por si só, então por isso a dificuldade de garantia dos direitos.

Dada palavra ao pesquisador Pedro Gabriel, este reforçou a necessidade de se repensar o mecanismo de desenvolvimento e crescimento que se propõe, e de repensar de uma forma mais justa de acesso ao direito ao desenvolvimento, retornando ao assunto da Covid-19, posto que estamos vivendo num momento de extrema insegurança jurídica e oportunismo de pessoas que estão querendo lucrar às custas da crise.

A pesquisadora Vanessa ponderou sobre a vulnerabilidade das minorias em momentos de crise, que passa a ser geral, já que atingiu a todos, e questionou se nestes momentos há contraexemplos de fraternidade mundial, citando o caso da ajuda da Rússia.

Assim sendo, a pesquisadora Natália reiterou a fala da Emanuelle e do Vinícius, e agregando que o grau de desenvolvimento de um país está atrelado ao grau de desenvolvimento em que um país se encontra, isto é, somam-se outros direitos ao direito de moradia, sendo preciso ter a base dos direitos para que seja possível sua concretização.

Por outro lado, a pesquisadora Adriana ressaltou que quando se fala de desenvolvimento sustentável, sob a perspectiva dos ODS, busca-se um papel integrativo entre todos os setores da sociedade para lidar com o desenvolvimento. Atualmente estamos numa fase de capitalismo produtivo de *stakeholders*, que requer a participação da sociedade, inclusive de atores não tradicionais do direito internacional.

O pesquisador João disse que a redistribuição de recursos poderá levar à efetividade, para que a economia possa continuar operando, e que a atual crise da Covid-19 mostra não somente coisas ruins, mas como também coisas boas, como uma melhoria na qualidade ambiental, despertando a atitudes que podem ser tomadas fora da crise. E, retomando a fala de Ana Dulce, a pesquisadora Gabriela lembrou a existência de movimentos como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), que ocupa imóveis desocupados, que não estão cumprindo com a função social da sociedade, mas que a sociedade criminaliza, denotando a ideia de que, monetariamente falando, o direito de propriedade é mais importante que o direito à moradia.

O pesquisador Erico pontuou que o caos pode levar ao autoritarismo, em virtude da pandemia, mas que ainda é cedo ser otimista ou pessimista, porque o cenário global vai mudar muito, e que a China está se destacando economicamente, podendo vir a levar a uma alteração de polos. E por fim, o pesquisador Murilo, concluiu apresentando alguns índices, como aumento de violência doméstica no presente período.

A professora Renata fechou os debates, tendo contextualizado governança global, e respondeu alguns dos questionamentos, falando dos contra movimentos surgidos no atual momento global, comentando sobre o Brexit e sobre grupos que não querem perder seus privilégios que estruturou o seu próprio desenvolvimento. Lembrou que Thomas Piketty diz que o capitalismo só pode dar o que promete se for regulamentado, e que Boaventura de Souza Santos traz a questão de que a mudança vai ser micro, porque as pequenas mudanças é que vão atacando os fundamentos do sistema econômico. O movimento de governança global se materializa de forma clara no atual (des)governo brasileiro, dando o exemplo entre o conflito do ministro da saúde e do presidente da república.